

---

BEIRANTE, Maria Ângela

*Territórios do Sagrado: crenças e comportamentos na Idade Média em Portugal*

Lisboa: Edições Colibri, 2011. 244 p.

J O Ã O L U Í S I N G L Ê S F O N T E S

As coletâneas de trabalhos científicos produzidos por investigadores universitários são, felizmente, cada vez mais habituais entre nós. À sua intencionalidade de disponibilizarem a um público mais vasto textos dispersos, por vezes já de difícil acesso, acresce o próprio testemunho que estas muitas vezes constituem de um profícuo percurso de investigação. Tal acontece também com o presente livro, no qual Maria Ângela Beirante reúne doze textos, entre estudos e ensaios, produzidos ao longo de quase quatro décadas de um trabalho, dividido entre a docência universitária (na sua maioria na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa), a orientação de trabalhos de mestrado e pós-graduação e a sua própria atividade de investigação.

Os *Territórios do Sagrado* secundam uma outra coletânea de estudos, saída a lume em 2008, onde a mesma autora reuniu vinte e dois ensaios publicados entre 1983 e 2003, tendo como pano de fundo e fio condutor o universo urbano tardomedieval português (*O ar da Cidade: ensaios de História Medieval e Moderna*. Lisboa: Edições Colibri, 2088). Ambas as obras refletem, em larga medida, o itinerário científico da autora, do qual destacaríamos dois vetores fundamentais. Desde logo, a particular atenção que votou aos núcleos urbanos do sul, sobretudo aos de Santarém e Évora. Com efeito, ao primeiro consagrou dois importantes estudos, publicados entre 1980 e 1981 (*Santarém Medieval*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, 1980; e *Santarém Quinhentista*. Lisboa: Livraria Portugal, 1981); e o segundo foi objeto da sua dissertação de doutoramento, dada à estampa em 1995 (*Évora Medieval*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; JNICT, 1995). Em segundo lugar, o seu interesse pelas temáticas associadas à religiosidade medieval, às formas de associativismo laical a ela ligadas e à vivência da morte, cruzando práticas e representações, sociabilidades e crenças.

Em muitos destes domínios, Maria Ângela Beirante ousou desbravar caminhos, fazendo incursões em temáticas até então pouco exploradas pelos medievalistas portugueses. Os trabalhos agora reunidos, produzidos entre 1982 e 2006, abarcam, assim, aspetos como a vivência da morte, a fundação de capelas fúnebres, as práticas devocionais em torno das relíquias, as festividades e os rituais alimentares com elas relacionados ou mesmo o resgate de cativos ou o recrudescimento da vida eremítica nos séculos finais da Idade Média. Muitos deles exploram fontes que a autora identificou e deu a conhecer a partir da sua investigação sobre Santarém e Évora: os tombos de capelas elaborados na primeira metade de Quinhentos para a urbe eborense suportam os trabalhos que aí dedica às “Capelas de Évora” (p. 35-60) e às “heranças das almas’ na diocese de Évora no início do século XVI” (p. 61-73); é também a partir de um tombo da igreja de S. João de Coruche, copiado em 1621, que a autora recupera a instituição de três capelas erigidas nesta igreja por três mulheres que habitavam essa vila no século XIV, que cuidadosamente analisa em “Salvação e memória de três donas coruchenses do século XIV” (p. 85-120). A partir da sua investigação sobre Évora pôde igualmente reunir uma considerável documentação sobre os eremitas da Serra

de Ossa, num estudo a diversos títulos importante, por ter permitido um acréscimo significativo de conhecimento sobre o recrudescimento desta atração pela vida eremítica, os seus contornos e evolução, os que a ela aderiram e alguns dos traços mais significativos da sua relação com os concelhos do sul e sobretudo com o poder régio (“Eremitérios da pobre vida no Alentejo dos séculos XIV-XV”, p. 131-144).

A partir dos registos deixados pelos visitantes da Ordem de Santiago em 1512, a autora traça ainda a história do santuário mariano da Atalaia, no Montijo (“Um santuário de romaria no tempo da Expansão: Nossa Senhora da Atalaia (Montijo)”, p. 145-172) e, reunindo indícios documentais diversos, propõe uma primeira abordagem à questão do resgate dos cativos cristãos caídos sob domínio muçulmano, procurando aproveitar as informações facultadas pela cronística moderna dos Trinitários sem, contudo, a elas se confinar (“O resgate dos cativos nos reinos de Portugal e do Algarve (sécs. XII-XV)”, p. 121-129).

O itinerário proposto passa ainda por dois outros ensaios, um relativo às “Festas cíclicas na Idade Média Portuguesa” (p. 173-183) e outro sobre os “Ritos alimentares em algumas confrarias portuguesas medievais” (p. 185-197). Aí se equacionam, de forma particular, as complexas relações entre sagrado e profano, entre o cristianismo e as ancestrais tradições ligadas aos ciclos agrícolas ou ao culto dos mortos, entre a realidade das práticas religiosas e a normativa eclesiástica. É pena, neste domínio, que a autora não tenha incluído nesta sequência o seu trabalho sobre as *Confrarias Medievais Portuguesas*, editado pela própria em 1990 e hoje de tão difícil acesso. Apesar do muito que entretanto se tem publicado sobre estas instituições confraternais, este estudo continua a constituir, a nosso ver, um contributo de inegável importância para o seu conhecimento e compreensão.

Os *Territórios do Sagrado* encerram com dois textos algo distintos dos anteriores. Em “Realidade e mito em Fernão Lopes” (p. 199-227), estamos perante um texto que serviu originalmente como introdução a uma edição da *Crónica de D. João I*, de Fernão Lopes (Lisboa, Ediclube, 1995). À análise do percurso do cronista e das características e intencionalidade da sua obra, a autora junta considerações sobre a representação aí construída da nova dinastia, os mecanismos da sua legitimação e a importância desempenhada neste processo por elementos diversos ligados ao domínio do religioso. O seu conhecimento da urbe escalabitana permite-lhe, por último, uma cuidada reconstituição do contexto que envolve o nascimento do Infante D. Fernando, último filho de D. João I e de D. Filipa de Lencastre, ocorrido precisamente em Santarém a 29 de Setembro de 1402, no dia dedicado, na liturgia da Igreja, à memória de S. Miguel (“Esperando o Infante em Santarém”, p. 229-241).

A diversidade de estudos reunidos e a riqueza das temáticas abordadas justificam, pois, a nossa leitura atenta. Se alguns deles estão mais datados, dado o desenvolvimento posterior da investigação sobre os assuntos nele tratados, nem por isso a sua leitura se revela menos importante. Muitos deles despertaram outros a procurar aprofundar muitas das intuições aí enunciadas, inquirindo outras fontes, concitando novos documentos, alargando e sistematizando a pesquisa. Os textos reunidos testemunham, afinal, um percurso de investigação que não temeu explorar territórios até então afastados dos interesses dos medievalistas portugueses, insistindo em integrar, no olhar sobre o universo urbano medieval, a importante e omnipresente dimensão do religioso.